No Fim do Túnel

Simon Schwartzman

Publicado em *O Estado de São Paulo*, 7 de abril de 1984.

O pronunciamento do Presidente da República no dia 31 de março pode ser entendido como uma declaração formal de que estamos chegando, finalmente, ao fim do longo túnel do autoritarismo em que entramos 20 anos atrás. Embora existam ainda incertezas quanto à transição para uma nova ordem, o fato de ela já estar anunciada torna extremamente difícil a adoção de soluções de gabinete, ou tramadas a partir da mera troca de favores e promessas. Se a campanha pelas "diretas já" não for suficiente para precipitar os acontecimentos, ela certamente ajudará aos que apostam em que a dinâmica política tornará obsoleta a atual sistemática de eleições indiretas por indicação do PDS, mecanismo inventado quando servia apenas para confirmar a indicação resultante da área militar.

Ainda que o governo trate de apresentar a futura reforma constitucional como o coroamento de um dos grandes objetivos do movimento de 1964, ninguém ignora que a que a história não é exatamente esta. Uma das características mais nítidas do movimento de 1964 foi seu desprezo pelas formalidades da lei, que eram sempre colocadas em segundo plano quando havia outros objetivos a serem atingidos o combate à subversão, a construção do Brasil Grande, e sobretudo, o que coubesse dentro do imenso manto da chamada "Segurança Nacional". Deixadas de lado como inúteis e inoportunas em 1968, a política e a ordem legal voltaram a entrar na preocupação dos governos revolucionários com o presidente Geisel, mas o processo de abertura que aí se inicia deve ser entendido muito mais como parte de um estratégia de poder do que como resultado de uma preocupação sincera com sua importância.

O que explica o encantamento recente do regime com os procedimentos democráticos é, sobretudo, a exaustão e o fracasso da quase totalidade dos ideais do movimento de 1964, do combate à corrupção aos grandes projetos desenvolvimentistas, combinados com o esfumaçamento do fantasma do comunismo. Restou o projeto de abertura, que é a única fonte de legitimidade que ainda resta ao regime, mas que leva, inevitavelmente, a seu fim. Pois o que caracteriza a ruptura que estamos prestes a assistir não é, simplesmente, o fim da dinastia de presidentes militares, ou a vitória de um grupo sobre outro, mas a instauração de uma nova ordem política que atribui primazia dos meios sobre os fins.

Se assim for, estaríamos diante do fato de que governo e oposições, por caminhos diversos, coincidem hoje, na prática, sobre um princípio básico do credo liberal, que é justamente

o da importância da ordem jurídica e das formalidades do processo político. Não deixa de ser um resultado curioso, já que o liberalismo encontra poucos adeptos no quadro político brasileiro. Se o atual regime nunca primou por adotá-lo, nas oposições ainda tem grande vigência a crítica tradicional que lhe vem do marxismo. Segundo ela, as formalidades do sistema jurídico e institucional "burgueses" não passam de uma defesa velada de uma ordem econômica e social injusta. Estas formalidades podem até ser utilizadas na luta política, quando elas beneficiam os que se encontram fora do poder; mas jamais poderiam ser consideradas como um fim válido em si mesmo.

Poderemos chegar, por esta linha de raciocínio, a uma conclusão melancólica: tanto governo quanto oposição jogam com cartas falsas, e tudo o que hoje se fala sobre democratização e legitimidade política não passa de cortina de fumaça destinada a ocultar o jogo de poder de sempre. É possível, no entanto, uma interpretação mais otimista. Ela consiste em admitir que a grande crise pela qual estamos passando vem colocando em dúvida a onipotência dos que achavam que bastava o poder político e a força militar para resolver os problemas do País. Por mais que a versão oficial seja de que a crise vem de fora, todos sabem que esta é somente uma parte da questão, e que a outra, muito mais profunda, tem a ver com nós mesmos nossas limitações e nossas pretensões às vezes tão ilimitadas. Esta mesma humildade forçada pela crise começa a existir entre as oposições. Muitos caminhos foram tentados e as frustrações têm-se acumulado A política ideológica tem suas limitações, principalmente pelo desencanto que hoje existe com o socialismo real e com as dificuldades da própria social democracia europeia. Fazer política a partir do descontentamento dos diversos setores da sociedade e da propensão das populações urbanas à oposição pode dar resultados eleitorais mas não garante uma base adequada de governo A experiência recente de governo oposicionista nos principais Estados da Federação tem certamente contribuído para esta humildade É muito pouco o que estes governos têm conseguido fazer e é só parcialmente verdadeira a explicação de que a culpa é da crise ou do governo federal. Esta nova humildade também explica talvez por que estes governos constituem o setor mais moderado das atuais oposições.

É desta possível humildade que resulta a crença de que não estamos, simplesmente, diante de uma dupla farsa. Os problemas que o país deve enfrentar no futuro próximo são gigantescos, muitos deles sem solução a médio prazo, e hoje se percebe que ninguém tem o monopólio da verdade e a chave do futuro em suas mãos. Uma ordem jurídica e política legitima e institucionalizada aparece, neste quadro, como algo indispensável para que estas dificuldades futuras sejam enfrentadas com um mínimo de desgastes e, pelo menos, com a garantia de que quem toma as decisões tem o apoio da sociedade para fazê-lo.

O novo período que se anuncia não será fácil, e o fim do longo túnel do autoritarismo não significa que agora se abre, para o Pais, uma ampla estrada de progresso e felicidade geral. O

máximo que podemos esperar é que nossos homens públicos hajam com competência, modéstia, que se utilizem do melhor que este Pais tem e que governem em função da legitimidade que o sistema político e jurídico lhes dá. Talvez não seja muito, mas é o único caminho para que possamos chegar a coisas maiores.